

REQUERIMENTO DE GRATUIDADE

(preencher em letra de forma)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/RJ Nº 27/2013 (DJ 28/11/2013, p. 4/6)

“Art. 3º, §9º. Se o Juízo competente, ao decidir o processo de dúvida, verificar que houve **declaração falsa ou de má-fé** a cargo da parte interessada, sem prejuízo de outras providências, **poderá condená-la ao pagamento de até o décuplo do valor** do acréscimo legal instituído pela Lei estadual nº 2.524/96, devido ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça na prática do ato extrajudicial.” (grifamos)

Nome _____

nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____,
identidade nº _____ órgão expedidor _____, CPF _____,
endereço _____,
município _____, Estado _____, telefone _____,
e-mail: _____.

venho, pela presente, declarar, sob as penas da lei, para fins de cumprimento do art. 2º do **Ato Normativo TJ/RJ nº 27/2013**, que atualmente a **totalidade dos meus rendimentos mensais** é de R\$ _____
(_____), valor este que engloba o meu salário e/ou quaisquer outras eventuais fontes de renda, incluindo trabalho como autônomo. Declaro, ainda, que a **soma dos rendimentos de todos os membros de minha família que comigo residem (renda familiar)** é de R\$ _____
(_____), de forma que me considero carente de recursos financeiros para a prática do ato de (finalidade do ato) _____, a fim de realizar: () requerido pela Defensoria Pública; () Usucapião; () Inventário; () Busca de Bens; () instruir processo judicial; () Situação Atual; (); Outros: _____ do imóvel descrito como (endereço _____ do _____ imóvel _____ objeto _____ do ato) _____

com valor de (valor atribuído ao ato – por exemplo: valor do imóvel, da compra e venda, da construção a ser averbada, da herança, etc.) R\$ _____ (_____) declarando, portanto, que não tenho condições de pagar tais emolumentos (taxas) e seus acréscimos legais, os quais totalizam o valor de R\$ _____ (_____), sem prejuízo do meu sustento próprio e de minha família, em razão dos seguintes motivos:

_____.

Também declaro que estou ciente de que o requerimento será analisado pelo oficial, que o atenderá se comprovada insuficiência de recursos ou, caso contrário, deverá suscitar dúvida ao Juízo competente (Art. 38, §1º, Lei ERJ Nº 3.350/1999); sabendo que, **no caso de suscitação de dúvida, o ato solicitado somente poderá ser praticado após a autorização judicial, no procedimento de dúvida.**

Declaro que li o presente requerimento e compreendi os seus termos antes de assinar.

Belford Roxo, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do declarante